

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2023

Nota 04.1 – Obrigações Contratuais

Em 31/12/2023, a Advocacia-Geral da União possuía um saldo de R\$ 1,16 bilhões relacionados a obrigações contratuais, relacionados a parcelas de contratos que serão executadas no(s) próximo(s) exercício(s).

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 01.1 – Obrigações Contratuais – Composição.

	31/12/2022	31/12/2023	R\$ AH(%)
Serviços (8.1.2.3.1.09.01)	662.201.213,51	764.170.271,65	15,40%
Aluguéis (8.1.2.3.1.10.01)	427.189.819,31	387.064.211,40	-9,39%
Fornecimento de Bens (8.1.2.3.1.11.01)	11.025.127,46	11.699.069,87	6,11%
TOTAL	1.100.416.160,28	1.162.933.552,92	5,68%

Fonte: SIAFI, 2022 e 2023.

As obrigações contratuais relacionadas a contratação de serviços representam a maioria do total das obrigações assumidas pela Advocacia-Geral da União ao final de 31/12/2023.

Na tabela 01.2, foi elencado as unidades gestoras executoras da AGU e os respectivos valores das obrigações contratuais na data base de 31/12/2023.

Tabela 01.2 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante.

	31/12/2023	R\$ AV (%)
110062 - DGEP	10.387.975,66	0,89%
110096 - SAD5R	100.257.307,81	8,62%
110097 - SAD4R	50.846.904,35	4,37%
110099 - SAD3R	131.406.538,35	11,30%
110102 - SAD2R	27.601.936,11	2,37%
110156 - ESAGU	2.790.541,93	0,24%
110161 - SAD1R	318.435.765,86	27,38%
110581 - CODIP	-	0,00%
110592 - SAD6R	84.057.570,17	7,23%
110621 - DTI	254.643,30	0,02%
110792 - DLGD	436.894.369,38	37,58%
TOTAL	1.162.933.552,92	100,00%

Fonte: SIAFI-2023.

As unidades gestoras 110099, 110161 e 110792 são responsáveis por 76,26% do total contratado.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 10 contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2023.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2023

Tabela 01.3 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

Contrato	R\$	
	31/12/2023	AV(%)
110161-055/2010 - MULTI CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA	118.568.173,99	10,20%
110792-060/2020 - LALIVE S.A.	66.677.409,85	5,73%
110161-001/2022 - G&E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA	65.637.718,81	5,64%
110099-019/2018 - CONSTRUTORA E INCORPORADORA EXATA LTDA	46.238.321,88	3,98%
110792-001/2022 - BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA	41.387.713,24	3,56%
110592-010/2010 - LEMONDE NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA	32.884.052,09	2,83%
110161-043/2021 - G&E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA	32.571.438,59	2,80%
110792-020/2023 - PLANSUL PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA	32.452.086,60	2,79%
110792-059/2020 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	31.868.600,78	2,74%
110792-017/2022 - CLARO S.A.	29.636.893,50	2,55%
Demais Contratos	665.011.143,59	57,18%
TOTAL	1.162.933.552,92	100,00%

Fonte: SIAFI-2023.

Em relação aos contratados, MULTI CONSTRUTORA E INCORPORADORA, LALIVE S.A, G&E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA, CONSTRUTORA E INCORPORADORA EXATA LTDA e BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA, os quais representam 29,11% do total contratado, relaciona-se no quadro a seguir, as informações qualitativas.

Quadro 01.1 – Contratados – Principais Transações.

Contratado	Contrato	Objeto	Valor Contratado	Vigência Fim
MULTI CONSTRUTORA E INCORPORADORA	055/2010	Locação de imóvel comercial situado no SAS Quadra 03 Lotes 5 e 6, Asa Sul, Brasília/DF	313.062.445,80	07/05/2028
LALIVE S.A.	060/2020	Contratação de escritório de advocacia para representação perante a justiça Suíça.	68.730.247,00	29/12/2024
G&E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA	001/2022	Prestação de serviços de auxiliar administrativo e assistente administrativo, para atender as Unidades da AGU em Brasília/DF	80.014.853,24	02/06/2024
CONSTRUTORA E INCORPORADORA EXATA LTDA	019/2018	Locação de imóveis comerciais situados na Rua Bela Cintra e Rua Albuquerque, São Paulo/SP	90.792.763,20	21/11/2028
BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA	001/2022	Uso de licenças de software aplicativos e sistemas operacionais na modalidade microsoft enterprise subscription agreement for government, para manutenção e modernização, incluindo suporte técnico e atualizações.	86.546.667,60	10/03/2025

Fonte: Sistema Comprasnet Contratos – Gestão de Contratos.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2023

Nota 04.2 – Passivos Contingentes

De acordo com o MCASP 9ª Edição, os passivos contingentes não devem ser reconhecidos em contas patrimoniais. No entanto, deverão ser registrados em contas de controle do PCASP e divulgados em notas explicativas. A divulgação só é dispensada nos casos em que a saída de recursos for considerada remota.

Os passivos contingentes devem ser periodicamente avaliados para determinar se uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços se tornou provável. Caso a saída se torne provável, uma provisão deverá ser reconhecida nas demonstrações contábeis do período em que ocorreu a mudança na probabilidade.

A seguir, segue um quadro resumo, extraído do MCASP 9ª Edição, de quando reconhecer ou apenas divulgar em notas explicativas as obrigações presentes e possíveis:

Quadro 01.1 – Provisão e Passivo Contingente.

Quando, em consequência de eventos passados, possa existir uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para a extinção de:

- a) Uma obrigação presente; ou
- b) Uma obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

Obrigação	Probabilidade de Saída de Recursos	Possibilidade de Estimativa Confiável do Valor	Classificação	Forma de Evidenciação
Presente	Provável	Possível	Provisão	Balanco Patrimonial e Notas Explicativas
Presente	Provável	Não possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas
Presente	Pouco provável	Possível ou Não Possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas
Presente	Remota	Possível ou Não Possível	Passivo Contingente	Não é divulgado
Possível	Provável	Possível	Passivo Contingente	Notas Explicativas

Fonte: MCASP, 9ª edição

No dia 18 de novembro de 2022 a AGU publicou a Portaria Normativa nº 68, a qual foi publicada no Suplemento A do BSE nº 46, de 18 de novembro de 2022, que estabeleceu critérios e procedimentos a serem adotados pela AGU na prestação de informações sobre ações judiciais ajuizadas contra a União, suas autarquias ou fundações públicas, que possam representar riscos fiscais, considerando a necessidade de prestação de informações por parte da Advocacia-Geral da União - AGU para elaboração do Anexo de Riscos Fiscais previsto no §3º do art. 4º da LC nº 101/2000 e das demonstrações contábeis consolidadas da União, destinadas a compor a prestação de contas anual do Presidente da República.

Na Portaria é estabelecido a classificação de risco de perda das ações em tramitação nos tribunais superiores ou já transitadas em julgado quanto à probabilidade de perda: risco provável; risco possível; e risco remoto.

Ainda, segundo a Portaria AGU Nº 68/2022, a composição do impacto financeiro dos riscos será, nas condenações da Fazenda Pública para pagamento, o resultado da soma dos valores estimados de pagamentos judiciais constituídos pelas parcelas vencidas constantes na condenação judicial

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2023

transitada em julgado como obrigação de pagar e de pagamentos administrativos constituídos pelas parcelas vincendas na hipótese em que forem previstas pela decisão judicial transitada em julgado como obrigação de fazer; e, nas condenações da Fazenda Pública que resultem em perda de arrecadação, o resultado da soma dos valores estimados de redução da arrecadação em virtude do cumprimento de decisão judicial, assim considerados o equivalente à estimativa de arrecadação de 1 (um) ano para o futuro e de 5 (cinco) anos de parcelas pretéritas. A estimativa temporal do impacto financeiro das ações judiciais deverá ser elaborada com base no tempo médio para baixa do processo, divulgado no relatório do Conselho Nacional de Justiça - CNJ mais atualizado na data da elaboração das informações. Ao Departamento de Gestão Estratégica compete coordenar a elaboração das informações para compor o Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Balanço Geral da União.

Por determinação superior, foi criado uma Unidade Gestora no SIAFI, UG 110652 - RISCOS FISCAIS-PGU vinculado ao Órgão 63000 - ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, para o registro do passivo Risco Fiscal de Ações Judiciais da União com Probabilidade Provável de perda. Já os valores referentes a Risco Fiscal de Ações Judiciais da União com Probabilidade Possível ou Probabilidade Remota de perda, quando mensurados, constaram em notas Explicativas.

A seguir, mensuração dos valores referentes aos Riscos Fiscais de Ações Judiciais da União, seguindo os critérios da Portaria nº 68/2022 e a Lei de Responsabilidade Fiscal:

Quadro 01.2 – Riscos Fiscais de Ações Judiciais da União – PGU

Risco Fiscal de Ações Judiciais	31/12/2022	31/12/2023	AH(%)
Probabilidade Provável (2.2.7.9.1.04.00)	284.110.000.000,00	246.330.000.000,00	-13,30
Probabilidade Possível (8.4.1.1.0.00.00)	517.010.000.000,00	636.620.000.000,00	23,13
Total	801.120.000.000,00	882.950.000.000,00	10,21

Verifica-se no SIAFI, o saldo em 31/12/2022, de R\$ 284.110.000.000,00 (duzentos e oitenta e quatro bilhões, cento e dez milhões de reais), referente a Riscos Fiscais de Ações Judiciais com Probabilidade Provável. E em 31/12/2023 verifica-se o saldo de R\$ 246.330.000.000,00 (duzentos e quarenta e seis bilhões, trezentos e trinta milhões de reais), sendo a variação de -13,30% decorrente dos seguintes fatos:

- Em 31/03/2023, ocorreu um ajuste aumentativo de R\$ 16.300.000.000,00 (dezesesseis bilhões e trezentos milhões), referente a ações judiciais com probabilidade provável de perda, conforme Nota Técnica nº 012/2023/CGPG/DGE/AGU, NUP: 00400.000276/2019-01.

- Em 08/05/2023, ocorreu um ajuste diminutivo no valor de R\$ 85.480.000.000,00 (oitenta e cinco bilhões, quatrocentos e oitenta milhões de reais), referente a Riscos Fiscais de ações Judiciais com Probabilidade provável, conforme Nota Técnica nº 00199/2023/SGCT/AGU, NUP: 00400.000276/2019-01.

- Em 30/06/2023, ocorreu um ajuste aumentativo no valor de R\$ 23.690.000.000,00 (vinte e três bilhões, seiscentos e noventa milhões de reais), referente a ações judiciais com probabilidade provável, conforme Nota Técnica nº 0050/2023/DGC/SGE/AGU, NUP supracitado.

- Em 29/09/2023, ocorreu um ajuste aumentativo no valor de R\$ 10.820.000.000,00 (dez bilhões, oitocentos e vinte milhões de reais), referente a ações judiciais com probabilidade provável, conforme Nota Técnica nº 075/2023/SGE/AGU.

- Em 29/12/2023, ocorreu um ajuste diminutivo no valor de R\$ 3.110.000.000,00 (três bilhões, cento e dez milhões de reais), referente a ações judiciais com probabilidade provável, conforme Nota Técnica nº 0096/2023/SGE/AGU.

Verifica-se no SIAFI, o saldo em 31/12/2022, de R\$ 517.010.000.000,00 (quinhentos e dezessete bilhões e dez milhões de reais), referente a Riscos Fiscais de Ações Judiciais com Probabilidade Possível. E em 31/12/2023 verifica-se o saldo de R\$ 636.620.000.000,00 (seiscentos e trinta e seis bilhões e dois milhões de reais).

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2023

bilhões, seiscentos e vinte milhões de reais), sendo a variação de 23,13% decorrente dos seguintes fatos:

- Em 31/03/2023, ocorreu ajuste de redução no valor de R\$ 30.760.000.000,00 (trinta bilhões e setecentos e sessenta milhões de reais), conforme Nota Técnica n. 0012/2023/CGPG/DGE/AGU, NUP: 00400.000276/2019-01.

- Em 30/06/2023, ocorreu um ajuste diminutivo no valor de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), conforme Nota Técnica nº 0050/2023/DGC/SGE/AGU, NUP supracitado.

- Em 29/09/2023, ocorreu um ajuste aumentativo no valor de R\$ 154.680.000.000,00 (cento e cinquenta e quatro bilhões, seiscentos e oitenta milhões de reais), referente a ações judiciais com probabilidade possível, conforme Nota Técnica nº 075/2023/SGE/AGU.

- Em 29/12/2023, ocorreu um ajuste diminutivo no valor de R\$ 4.240.000.000,00 (quatro bilhões, duzentos e quarenta milhões de reais), referente a ações judiciais com probabilidade possível, conforme Nota Técnica nº 0096/2023/SGE/AGU.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2023

Nota 04.3 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2023, o Órgão **63000 - Advocacia Geral da União** apresentou um saldo de R\$ 271.676.986,03 (duzentos e setenta e um milhões, seiscentos e setenta e seis mil, novecentos e oitenta e seis e três centavos) relacionados a imobilizado.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2022 e 2023.

Tabela 01.1 – Imobilizado – Composição

	R\$		
	31/12/2022	31/12/2023	AH(%)
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	233.122.069,09	259.460.895,86	10,15%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. C	148.631.777,02	153.966.065,13	3,46%
(-) redução ao Valor Recuperável de Bens Móve	-	-	0,00%
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	141.552.546,40	169.474.757,11	16,48%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. C	2.762.634,69	3.292.601,81	16,10%
(-) redução ao Valor Recuperável de Bens Móve	-	-	0,00%
TOTAL	223.280.203,78	271.676.986,03	17,81%

Fonte: SIAFI-2022 e 2023.

O valor do Imobilizado do Órgão 63000 – AGU, é composto pelo saldo do Ativo Imobilizado das suas Unidades Vinculadas, conforme descrito abaixo:

	R\$
	31/12/2023
- Superintendência Regional de Administração da 5ª Região	36.411.844,25
- Superintendência Regional de Administração da 4ª Região	68.658.610,76
- Superintendência Regional de Administração da 3ª Região	8.160.370,19
- Superintendência Regional de Administração da 2ª Região	39.747.304,92
- Superintendência Regional de Administração da 1ª Região	85.156.483,39
- Superintendência Regional de Administração da 6ª Região	33.542.372,52
TOTAL	271.676.986,03

Fonte: SIAFI-2023.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do Órgão **63000 - Advocacia Geral da União** em 31/12/2023 totalizavam R\$ 259.460.895,86 (duzentos e cinquenta e nove milhões, quatrocentos e sessenta mil, oitocentos e

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2023

noventa e cinco reais e oitenta e seis centavos), e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 01.2 – Bens Móveis – Composição

	R\$		
	31/12/2022	31/12/2023	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	13.548.982,82	13.719.553,09	1,24%
Bens de Informática	160.683.393,58	180.700.055,72	11,08%
Móveis e Utensílios	47.740.610,07	54.101.368,89	11,76%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	6.148.636,12	6.092.023,78	-0,93%
Veículos	2.090.542,80	1.805.063,53	-15,82%
Peças e Conjuntos de Reposição	-	-	0,00%
Bens Móveis em Andamento	-	-	0,00%
Bens Móveis em Almoxarifado	-	-	0,00%
Armamentos	-	-	0,00%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	-	-	0,00%
Demais Bens Móveis	2.909.903,70	3.041.290,85	4,32%
Depreciação / Amortização Acumulada	- 148.631.777,02	- 157.258.666,94	5,49%
Redução ao Valor Recuperável	-	-	0,00%
TOTAL	84.490.292,07	102.200.688,92	17,33%

Fonte: SIAFI, 2022 e 2023.

Dos Bens Móveis registrados no Órgão, 69,64% referem-se a Bens de Informática, o qual é composto por microcomputadores e outros equipamentos de processamento de dados.

A variação de -15,82% ocorrida em Veículos decorre de doações, de bens classificados como inservíveis, conforme Decreto nº 9.373/2018.

1.1.1 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 31/12/2022 totalizavam R\$ 166.182.155,30 (cento e sessenta e nove milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e sete reais e onze centavos), e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 01.3 – Bens Imóveis – Composição

	Em R\$		
	31/12/2022	31/12/2023	AH(%)
Bens de Uso Especial	141.522.737,41	169.474.757,11	16,49%
Bens de Uso Comum do Povo	-	-	0,00%
Bens Dominicais	-	-	0,00%
Bens Imóveis em Andamento	-	-	0,00%
Instalações	29.808,99	-	0,00%
Demais Bens Imóveis	-	-	0,00%
Benfeitoria em Propriedade de Terceiros	-	-	0,00%
Redução ao Valor Recuperável	-	-	0,00%
Depreciação / Amortização Acumulada	- 2.762.634,69	- 3.292.601,81	16,10%
TOTAL	138.789.911,71	166.182.155,30	16,48%

Fonte: SIAFI2022, 2023.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2023

De acordo com a tabela anterior, os Bens de Uso Especial correspondem a 100% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Órgão **63000 - Advocacia Geral da União**, em 31/12/2023.

Tabela 01.4 – Bens de Uso Especial – Composição

	31/12/2022	31/12/2023	Em R\$ AH(%)
Imóveis Residenciais e Comerciais	12.240.324,23	12.358.263,68	0,95%
Edifícios	96.732.167,07	132.400.207,62	26,94%
Terrenos e Glebas	6.710.981,99	13.707.895,92	51,04%
Armazéns e Galpões	6.298.117,03	4.842.296,37	-30,06%
Complexos, Fábricas e Usinas	1.039.193,94	-	0,00%
Estacionamento e garagens	36.248,48	36.248,48	0,00%
Salas	18.465.704,67	6.129.845,04	-66,80%
TOTAL	141.522.737,41	169.474.757,11	16,49%

Fonte: SIAFI2022 e SIAFI2023.

Em síntese, os Bens de Uso Especial mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário do Órgão são constituídos de Edifícios e Terrenos os quais representam 86,21% dos Bens de Uso Especial.

A variação diminutiva de 66,8% em salas refere-se a devolução dos imóveis no valor de R\$ 19.245.878,01, à Secretária de Patrimônio da União-SPU.

(a) Depreciação, amortização e exaustão

A depreciação, amortização e exaustão de bens móveis e imóveis, no âmbito da Administração Pública Direta da União, tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, quanto aos bens imóveis da União.

O método de depreciação adotado é compatível com a vida útil econômica do ativo e aplicado uniformemente durante esse período, de modo que ao final o valor residual corresponda ao montante líquido que a entidade espera, com razoável segurança, obter por um ativo no fim de sua vida útil econômica, deduzidos os gastos esperados para sua alienação.

O método de cálculo dos encargos de depreciação dos bens móveis utilizado pela Advocacia-Geral da União é o das quotas constantes.

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados por meio do SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2023

tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação.

A vida útil dos bens imóveis será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual será estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

(b) Reavaliação e redução ao valor recuperável

A reavaliação e redução ao valor recuperável de bens móveis e imóveis, no âmbito da Administração Pública Direta da União, tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020335, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014, quanto aos bens imóveis da União.

No exercício de 2020, a Advocacia Geral da União não identificou qualquer indício de alterações relevantes nos seus ativos que justificassem o registro da reavaliação; e da redução ao valor recuperável, por ter um ativo sofrido perda dos benefícios econômicos futuros. Também não foram efetuados tais registros nos ativos imóveis de posse da AGU.

(b.1) Reavaliação

Reavaliação é a adoção do valor de mercado ou do valor de consenso entre as partes para os bens do ativo. Essa reavaliação somente será efetuada se o valor líquido contábil dos bens móveis sofrer modificação significativa, levando-se em conta a relação custo-benefício e a representatividade dos valores.

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são reavaliados se aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

(b.2) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Redução ao valor recuperável (*impairment*) é o reconhecimento de uma perda dos benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço de um ativo, por apresentar valor acima da quantia que será recuperada através do uso ou da venda.

Informamos ainda, que desde 2020 estamos utilizando no Órgão 63000 – AGU o Módulo Patrimônio do Sistema SIADS – Sistema Integrado de Gestão Patrimonial.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2023

Nota 04.4 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidência de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

A Secretaria do Tesouro Nacional-STN, como órgão central do Sistema de Contabilidade Federal é responsável, dentre outras competências, pela padronização dos registros contábeis, no âmbito da União.

Desta forma, editou as macrofunções SIAFI 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações e 020335 –Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável, a fim de orientar quanto aos procedimentos a serem observados para realização adequada dos registros, a serem aplicados a partir do exercício de 2010.

Na Advocacia-Geral da União-AGU, os ativos intangíveis, com vida útil definida e indefinida, são compostos na totalidade por softwares e desde 2010 vem sendo reconhecidos como tal, demonstrados em conta contábil específica – Softwares, do Subgrupo Intangível.

Com a perspectiva de implantação, a partir de 1 de janeiro de 2015, do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público da União PCASP-União, cujo objetivo, dentre outros, é melhorar a qualidade da informação contábil, com enfoque patrimonial, a fim de adequar as operações do setor público às legislações vigentes, salientando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público-NBCASP e as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público-NICSP. A AGU, no exercício de 2014, deu início a apuração da amortização acumulada dos bens intangíveis.

Para o cálculo do valor amortizável foi aplicado o método das quotas constantes e definiu-se o valor residual do ativo intangível com vida útil definida igual a zero, conforme orientado na referida macrofunção SIAFI. Estabeleceu-se ainda que o prazo da vida útil do bem intangível corresponde ao prazo da licença de uso, conforme contrato.

Computou-se a amortização acumulada referente ao período de 2010 a 2014, observando-se as datas de aquisição, dos bens intangíveis e procedeu-se o registro no SIAFI ainda em 2014.

A partir do exercício de 2015, o sistema de controle patrimonial da AGU, na época Sistema Link Data, passou a calcular o valor da amortização mensal e este foi registrado no SIAFI, cujo saldo contábil atual, no valor de R\$ 11.677.809,92 (onze milhões, seiscentos e setenta e sete mil, oitocentos e nove reais e noventa e dois centavos), corresponde ao valor calculado até abril/2020, mês de migração do Módulo de Patrimônio para o Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS. O cálculo mensal da amortização foi interrompido, pois esta funcionalidade no SIADS, ainda se encontra em desenvolvimento.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados na AGU, por se tratarem de softwares com licença de uso perpétuo ou desenvolvidos na própria AGU.

Em 31/12/2023 o Órgão 63000 – Advocacia-Geral da União apresentou um saldo de R\$ 13 milhões relacionados a intangível.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2023

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2022 e 2023:

Tabela 1.1 – Intangível – Composição.

	R\$ milhares		
	31/12/2022	31/12/2023	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	11.815.450,55	11.815.450,55	0,00%
Software com Vida Útil Indefinida	1.328.371,72	1.328.371,72	0,00%
Amortização Acumulada	- 11.677.809,92	- 11.677.809,92	0,00%
TOTAL	1.466.012,35	1.466.012,35	0,00%

Fonte: SIAFI 2022 e 2023.

No exercício de 2023, pode-se verificar que não ocorreram aquisições de novos softwares.

No intangível, o montante amortizado de R\$ 11,7 milhões de reais corresponde a 98,83% dos bens intangíveis com vida útil definida, de modo a concluir que os bens adquiridos em exercícios anteriores foram totalmente amortizados.

No intangível com vida útil definida, destaca-se o Software Gerenciador de Banco de Dados Oracle, que é utilizado para armazenamento de diversos tipos de informações em toda a Advocacia-Geral da União, no valor de R\$ 8.990.128,00, que representa 76,09% do item. O valor já foi totalmente amortizado.

Na AGU, somente as Unidades Gestoras 110161/00001 - Superintendência Regional de Administração da 1ª Região e 110102/00001 - Superintendência Regional de Administração da 2ª Região possuem bens intangíveis.

	31/12/2022	31/12/2023	
Software com vida útil definida	11.815.450,55	11.815.450,55	
110161 - SAD1R	11.815.450,55	11.815.450,55	89,90%
Software com vida útil indefinida	1.328.371,72	1.328.371,72	
110102 - SAD2R	3.180,00	3.180,00	0,02%
110161 - SAD1R	1.325.191,72	1.325.191,72	10,08%
TOTAL do Intangível	13.143.822,27	13.143.822,27	100,00%

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2023

Nota 04.5 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2023, a Advocacia-Geral da União apresentou um saldo em aberto de R\$ 1,35 milhão relacionados a fornecedores e contas a pagar a curto prazo.

A seguir, apresenta-se a tabela, com essas obrigações.

Tabela 01.1 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

	31/12/2022	31/12/2023	R\$ AH(%)
Circulante			
Nacionais	1.279.485,37	1.355.413,24	5,93%
Estrangeiros	-	-	0,00%
TOTAL	1.279.485,37	1.355.413,24	5,93%

Fonte: SIAFI 2022 e 2023.

Na análise horizontal das contas de Fornecedores e Contas a Pagar, destaca-se um aumento no montante das despesas pendentes de pagamento, na ordem de 5,93%, existente no encerramento do exercício de 2023, comparado ao apurado em 2022.

Os fornecedores e contas a pagar do curto prazo se referem aos fornecedores nacionais, representando 100,00% do total a ser pago. Portanto, não houve valores a pagar a fornecedores estrangeiros no encerramento do exercício financeiro de 2023.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se as unidades gestoras contratantes de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2023.

Tabela 01.2 – Fornecedores e Contas a Pagar – Unidade Gestora.

	31/12/2023	R\$ AV(%)
110062 – DGEP	400.115,00	29,52%
110096 – SAD5R	174.613,25	12,88%
110097 – SAD4R	73.801,13	5,44%
110099 – SAD3R	185.188,72	13,66%
110102 – SAD2R	361.980,61	26,71%
110161 – SAD1R	86.434,17	6,38%
110592 – SAD6R	8.504,02	0,63%
110792 - DLOG	64.776,34	4,78%
TOTAL	1.355.413,24	100,00%

Fonte: SIAFI 2023.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2023

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 06 fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2023.

Tabela 01.3 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

	31/12/2023	R\$ (%)
FUNDAÇÃO GETRULIO VARGAS	400.000,00	29,51%
TECNEGE TECNOLOGIA DE ENGENHARIA LTDA	77.308,93	5,70%
BMC VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA	82.731,25	6,10%
EAT ENGENHARIA LTDA	66.826,74	4,93%
BARCELO EVENTOS LTDA	64.776,34	4,78%
Demais	663.769,98	48,97%
TOTAL	1.355.413,24	100,00%

Fonte: SIAFI 2023.

Os 05 fornecedores apresentados representam 51,03% do total a ser pago e estão apresentados a seguir, o resumo de suas principais transações:

Em 31/12/2023, a Advocacia-Geral da União apresentou um saldo em aberto de R\$ 285,08 milhões relacionados a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar no Curto Prazo.

Tabela 01.4 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar - CP.

	31/12/2022	31/12/2023
Pessoal a Pagar	241.839.660,62	277.182.689,84
Benefícios Previdenciários a Pagar	1.161.139,23	1.210.966,10
Banefícios Assistenciais a Pagar	1.201.368,29	1.201.368,29
Encargos Sociais a Pagar	5.665.588,93	5.485.798,30
TOTAL	249.867.757,07	285.080.822,53

Fonte: SIAFI 2022 e 2023.

Em 31/12/2023, a Advocacia-Geral da União apresentou um saldo em aberto de R\$ 324,3 milhões relacionados a Demais Obrigações a Curto Prazo.

Tabela 01.5 – Demais Obrigações a Curto Prazo.

	31/12/2022	31/12/2023
Valores Restituíveis	265.729.115,42	320.918.320,63
Outras Obrigações a Curto Prazo	2.647.657,75	3.378.621,60
TOTAL	268.376.773,17	324.296.942,23

Fonte: SIAFI 2022 e 2023.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2023

Quadro 01.2 – Valores Restituíveis.

CONTA	31/12/2022	31/12/2023	(%)
Consignações			
- PSSS - Vencimentos e Vantagens	-	-	0,00%
- Retenção Previdenciária - FRGPS	1.150.763,43	1.714.013,54	0,53%
- IRRF devido ao Tesouro	-	-	0,00%
- INDENIZACOES E RESTITUICOES DEVIDAS AO	-	-	0,00%
- Impostos e contribuições devidas ao Tesour	7.923,93	11.178,36	0,00%
- ISS	14.499,56	24.214,75	0,01%
- Retenções – Empréstimos e Financiamentos	17.556.344,72	19.265.117,33	6,00%
- Previdência Complementar Servidor Públicc	6.806.223,48	6.811.572,82	2,12%
- Depósitos Retidos de Fornecedores	37.395,96	70.574,94	0,02%
- Outros Consignatários	-	-	0,00%
Depósitos judiciais			
- Depósitos a efetuar por determinação Judici	-	5.253,57	0,00%
Depósitos não judiciais			
- Depósitos e Cauções Recebidos	290.514,73	196.484,94	0,06%
- Depósitos de Terceiros	239.865.449,61	292.819.910,38	91,24%
TOTAL	265.729.115,42	320.918.320,63	100,00%

Fonte: SIAFI 2022 e 2023.

Na análise vertical das contas de Valores Restituíveis destacamos, em sua composição, os valores de Depósitos de Terceiros (91,24%), que compreendem a arrecadação dos honorários advocatícios pertencentes ao Conselho Curador de Honorários Advocatícios-CCHA, previstos na Lei nº 13.327 de 29 de julho de 2016, o qual será repassado até o dia 15 do mês seguinte.

Na análise horizontal das contas de Valores Restituíveis destacamos o aumento nos valores pendentes de repasse ao CCHA, referente a honorários advocatícios, no mês de dezembro/2023 em relação a dezembro/2022, um aumento na ordem de 22,08%.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2023

Nota 04.6 – Honorários Advocatícios

A Lei nº 13.327/2016, em seu Capítulo XV – Das Carreiras Jurídicas, notadamente, nos arts. 27 e 29, determinou que os honorários advocatícios de sucumbência, das causas em que forem parte a União, Autarquias e Fundações Públicas Federais, pertencem originalmente aos ocupantes dos seguintes cargos:

- I - de Advogado da União;*
- II - de Procurador da Fazenda Nacional;*
- III - de Procurador Federal;*
- IV - de Procurador do Banco Central do Brasil;*
- V - dos quadros suplementares em extinção previstos no art. 46 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.*

Em conformidade com o teor do art. 33 da citada Lei, foi criado o Conselho Curador dos Honorários Advocatícios (CCHA), vinculado à Advocacia-Geral da União (AGU), com o objetivo de disciplinar a aplicação das disposições contidas no referido Capítulo XV – Das Carreiras Jurídicas, com as seguintes competências (art. 34):

- I - editar normas para operacionalizar o crédito e a distribuição dos valores de que trata o art. 30;*
- II - fiscalizar a correta destinação dos honorários advocatícios, conforme o disposto neste Capítulo;*
- III - adotar as providências necessárias para que os honorários advocatícios discriminados no art. 30 sejam creditados pontualmente;*
- IV - requisitar dos órgãos e das entidades públicas federais responsáveis as informações cadastrais, contábeis e financeiras necessárias à apuração, ao crédito dos valores referidos no art. 29 e à identificação das pessoas beneficiárias dos honorários;*
- V - contratar instituição financeira oficial para gerir, processar e distribuir os recursos a que se refere este Capítulo;*
- VI - editar seu regimento interno.*

Registre-se que por força dos §§ 5º e 6º do art. 34 e art. 35 da Lei nº 13.327/2016, o CCHA contará com o apoio dos órgãos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas, inclusive o apoio administrativo que ficou a cargo desta AGU, com vistas ao recolhimento e o crédito dos valores discriminados no art. 30, a seguir transcrito. Para tanto foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica nº 03/2016, entre o Ministério da Fazenda e a AGU:

- “Art. 30. Os honorários advocatícios de sucumbência incluem:*
- I - o total do produto dos honorários de sucumbência recebidos nas ações judiciais em que forem parte a União, as autarquias e as fundações públicas federais;*
 - II - até 75% (setenta e cinco por cento) do produto do encargo legal acrescido aos débitos inscritos na dívida ativa da União, previsto no art. 1º do Decreto-Lei no 1.025, de 21 de outubro de 1969;*
 - III - o total do produto do encargo legal acrescido aos créditos das autarquias e das fundações públicas federais inscritos na dívida ativa da União, nos termos do § 1º do art. 37-A da Lei no 10.522, de 19 de julho de 2002.”*

De acordo com o pactuado no Acordo de Cooperação Técnica MF/AGU, CLÁUSULA SEGUNDA - DA SISTEMÁTICA DE CONSOLIDAÇÃO E APURAÇÃO MENSAL a sistemática de consolidação e apuração mensal dos honorários advocatícios que serão vertidos à conta de rateio do Conselho Curador de Honorários Advocatícios - CCHA, em instituição financeira oficial por ele contratada, observará:

- “I - os valores arrecadados por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU no mês de referência serão creditados até o décimo quinto dia útil do mês subsequente, por intermédio de transação a ser realizada por conta específica da Unidade Gestora da*

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2023

AGU (UG setorial);

II - os valores arrecadados no mês de referência, por meio de Documento de Arrecadação da Receita Federal-DARF, Documento para Depósito Judicial e Extrajudicial - DJE e Guia da Previdência Social - GPS serão creditados até o décimo quinto dia útil do mês subsequente, por intermédio de transação a ser realizada nas subcontas específicas do FUNDAF."

Nesse sentido, em consonância com a CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES, do referido acordo de cooperação, compete a Advocacia-Geral da União, por intermédio da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil da Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade da Secretaria-Geral de Administração (CGOF/DPOF/SGA), a adoção de providências visando a “[...] proceder ao repasse, à instituição financeira contratada pelo CCHA, dos valores relativos aos honorários advocatícios de sucumbência, nos moldes do inciso I da cláusula segunda, bem como daqueles a que se refere a alínea “b” do inciso I da cláusula terceira”.

Para tanto, a Coordenação de Análise Contábil (CONTA/CGOF/DPOF/SGA), por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), acompanha a movimentação do saldo mensal da Conta Contábil 21.881.04.09 – DEPÓSITO DE TERCEIROS, da Unidade Gestora 110060- Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil, no Conta Corrente tipo: Fonte 0190110060, com vistas a identificar os recolhimentos a títulos de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, decorrentes da atuação da Procuradoria-Geral da União (PGU) e da Procuradoria-Geral Federal (PGF), bem como nos Contas Correntes tipo: Fonte 0190110061, 0190110062 e 0190110063, referentes à arrecadação de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS e ENCARGOS LEGAIS, provenientes da atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Com isso, a título de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS e ENCARGOS LEGAIS, foi apurado em 2023 o montante de **R\$ 3.332.979.184,67** (três bilhões, trezentos e trinta e dois milhões, novecentos e setenta e nove mil, cento e oitenta e quatro reais e sessenta e sete centavos), conforme detalhado na tabela abaixo:

Tabela 01.1 – Total Honorários Advocatícios e Encargos Legais - Composição

Descrição	CCHA	União	Total Arrecadado	AV%
Arrecadação AGU - 13903	353.574.251,78	-	53.574.251,78	10,61%
Arrecadação AGU - 13905	299.984.693,39	-	99.984.693,39	9,00%
Arrecadação AGU - Cta Corrente 1491110060	836.287.474,05	618.125.524,28	1.454.412.998,33	43,64%
Arrecadação PGFN - Cta Corrente 1491110061	912.505.628,91	304.168.542,95	1.216.674.171,86	36,50%
Arrecadação PGFN - Cta Corrente 1491110062	71.715,81	-	71.715,81	0,00%
Arrecadação PGFN - Cta Corrente 1491110063	8.261.353,50	-	8.261.353,50	0,25%
Total Geral	2.410.685.117,44	922.294.067,23	3.332.979.184,67	100,00%

Fonte: SIAFI, 2023 e 2024.

Registre-se que o montante de **R\$ 3.332.979.184,67**, impactaram as seguintes Demonstrações Contábeis desta Advocacia-Geral da União:

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2023

- **Balanco Patrimonial** – Ativo - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, e, Passivo - Demais Obrigações a Curto Prazo.
- **Balanco Financeiro** – Recebimentos Extra Orçamentários - Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados;
- **Fluxo de Caixa** – Outros Ingressos das Operações – Ingressos Extra Orçamentários;

Ressalta-se que do total arrecadado em 2023, **R\$ 3.332.979.184,67**, foi repassado um montante de **R\$ 922.294.067,23** à União Federal, e a quantia de **R\$ 2.410.685.117,44** ao Conselho Curador dos Honorários Advocatícios – CCHA, totalizando a quantia de **R\$ 3.332.979.184,67**.

O valor arrecadado no mês de dezembro de 2023, **R\$ 293.342.694,74**, impactou o exercício de 2024, pois foi encaminhado em janeiro de 2024, a quantia de **R\$ 216.546.909,01** ao Conselho Curador dos Honorários Advocatícios – CCHA, e o montante de **R\$ 76.795.785,73** à União Federal. Além disso, as Ordens Bancárias que foram emitidas em janeiro de 2024, no montante de **R\$ 216.546.909,01**, referem-se aos valores arrecadados em dezembro de 2023, conforme discriminado nas tabelas a seguir.

Tabela 02.1 – Ordens Bancárias enviadas ao CCHA

Mês/Ano Arrecadação	Número OB	Data	Valor	AV%
DEZ/2022	800012	16/01/2023	28.845.539,60	1,12%
DEZ/2022	800009	16/01/2023	11.199.373,86	0,43%
DEZ/2022	800008	16/01/2023	59.912.883,05	2,32%
DEZ/2022	800010	16/01/2023	71.697.505,76	2,78%
DEZ/2022	800011	16/01/2023	2.813,75	0,00%
DEZ/2022	800011	16/01/2023	507.253,41	0,02%
Total Arrecadado em 2022 e enviado 2023			171.658.116,02	6,65%
JAN/2023	800034	14/02/2023	16.994.117,04	0,66%
JAN/2023	800035	14/02/2023	9.765.271,87	0,38%
JAN/2023	800036	14/02/2023	61.604.139,65	2,39%
JAN/2023	800037	14/02/2023	76.727.099,10	2,97%
JAN/2023		14/02/2023	-	0,00%
JAN/2023	800045	14/02/2023	410.079,00	0,02%
FEV/2023	800084	15/03/2023	22.369.357,91	0,87%
FEV/2023	800085	15/03/2023	13.944.956,83	0,54%
FEV/2023	800086	15/03/2023	63.483.134,90	2,46%
FEV/2023	800087	15/03/2023	68.855.369,25	2,67%
FEV/2023	800088	15/03/2023	15.646,78	0,00%
FEV/2023	800088	15/03/2023	533.349,51	0,02%
MAR/2023	800131	14/04/2023	34.284.551,87	1,33%
MAR/2023	800132	14/04/2023	66.341.480,23	2,57%
MAR/2023	800128	14/04/2023	72.003.742,90	2,79%
MAR/2023	800129	14/04/2023	80.616.107,93	3,12%
MAR/2023	800129	14/04/2023	726,03	0,00%
MAR/2023	800129	14/04/2023	515.457,36	0,02%
ABR/2023	800142	18/05/2023	27.603.055,29	1,07%

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2023

ABR/2023	800141	18/05/2023	13.452.542,48	0,52%
ABR/2023	800143	18/05/2023	60.460.035,54	2,34%
ABR/2023	800145	18/05/2023	66.866.665,43	2,59%
ABR/2023	800144	18/05/2023	322,54	0,00%
ABR/2023	800144	18/05/2023	523.257,97	0,02%
MAI/2023	800156	14/06/2023	30.027.968,07	1,16%
MAI/2023	800157	14/06/2023	19.873.906,35	0,77%
MAI/2023	800158	14/06/2023	82.380.399,84	3,19%
MAI/2023	800160	14/06/2023	79.020.376,21	3,06%
MAI/2023	800159	14/06/2023	8.154,35	0,00%
MAI/2023	800159	14/06/2023	2.110.078,72	0,08%
JUN/2023	800184	14/07/2023	30.960.448,07	1,20%
JUN/2023	800185	14/07/2023	22.077.821,53	0,85%
JUN/2023	800186	14/07/2023	73.161.139,81	2,83%
JUN/2023	800187	14/07/2023	73.841.501,74	2,86%
JUN/2023	800188	14/07/2023	9.359,47	0,00%
JUN/2023	800188	14/07/2023	520.790,67	0,02%
JUL/2023	800258	15/08/2023	27.538.000,41	1,07%
JUL/2023	800259	15/08/2023	15.354.970,35	0,59%
JUL/2023	800260	15/08/2023	71.555.771,13	2,77%
JUL/2023	800261	15/08/2023	76.761.921,44	2,97%
JUL/2023	800262	15/08/2023	8.674,36	0,00%
JUL/2023	800262	15/08/2023	456.469,06	0,02%
AGO/2023	800301	18/09/2023	31.425.902,88	1,22%
AGO/2023	800299	18/09/2023	23.733.095,59	0,92%
AGO/2023	800300	18/09/2023	73.709.224,13	2,85%
AGO/2023	800298	18/09/2023	78.458.179,78	3,04%
AGO/2023	800297	18/09/2023	3.696,90	0,00%
AGO/2023	800297	18/09/2023	451.986,94	0,02%
SET/2023	800329	18/10/2023	22.619.316,50	0,88%
SET/2023	800330	18/10/2023	50.551.904,29	1,96%
SET/2023	800328	18/10/2023	77.377.965,29	3,00%
SET/2023	800331	18/10/2023	75.663.883,25	2,93%
SET/2023	800332	18/10/2023	22.584,50	0,00%
SET/2023	800332	18/10/2023	523.110,74	0,02%
OUT/2023	800353	16/11/2023	46.650.998,55	1,81%
OUT/2023	800354	16/11/2023	14.460.079,40	0,56%
OUT/2023	800355	16/11/2023	67.067.562,62	2,60%
OUT/2023	800356	16/11/2023	78.378.452,33	3,04%
OUT/2023	800357	16/11/2023	686,68	0,00%
OUT/2023	800357	16/11/2023	802.475,19	0,03%
NOV/2023	800379	19/12/2023	27.391.634,27	1,06%

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2023

NOV/2023	800376	19/12/2023	18.360.793,76	0,71%
NOV/2023	800375	19/12/2023	66.010.640,02	2,56%
NOV/2023	800377	19/12/2023	76.544.351,28	2,96%
NOV/2023		19/12/2023	-	0,00%
NOV/2023	800378	19/12/2023	891.464,55	0,03%
Total Arrecadado e enviado em 2023			2.194.138.208,43	84,97%
DEZ/2023	15	17/01/2024	35.708.900,92	1,38%
DEZ/2023	32	17/01/2024	32.067.870,71	1,24%
DEZ/2023	18	17/01/2024	67.473.718,22	2,61%
DEZ/2023	16	17/01/2024	80.771.721,17	3,13%
DEZ/2023	14	17/01/2024	1.864,20	0,00%
DEZ/2023	14	17/01/2024	522.833,79	0,02%
Total Arrecadado em 2023 e enviado 2024			216.546.909,01	8,39%
Total Arrecadado em 2023			2.410.685.117,44	93,35%
Total Geral			2.582.343.233,46	100,00%

Fonte: SIAFI, 2022, 2023 e 2024

Tabela 03.1 – Guias de Recolhimento da União – GRU, enviados a União

Mês/Ano Arrecadação	Número GRU	DATA	Valor	AV%
DEZ/2022	800001	16/01/2023	44.283.435,29	4,47%
DEZ/2022	800002	16/01/2023	23.899.168,58	2,41%
Total Arrecadado em 2022 enviado em 2023			68.182.603,87	6,88%
JAN/2023	800003	14/02/2023	45.533.494,53	4,60%
JAN/2023	800004	14/02/2023	25.575.699,70	2,58%
FEV/2023	800005	15/03/2023	46.922.317,10	4,74%
FEV/2023	800006	15/03/2023	22.951.789,75	2,32%
MAR/2023	800008	14/04/2023	53.220.157,79	5,37%
MAR/2023	800007	14/04/2023	26.872.035,98	2,71%
ABR/2023	800009	18/05/2023	44.687.852,36	4,51%
ABR/2023	800010	18/05/2023	22.288.888,48	2,25%
MAI/2023	800011	14/06/2023	60.889.860,75	6,15%
MAI/2023	800012	14/06/2023	26.340.125,40	2,66%
JUN/2023	800013	14/07/2023	54.075.625,08	5,46%
JUN/2023	800014	14/07/2023	24.613.833,91	2,49%
JUL/2023	800015	15/08/2023	52.889.048,22	5,34%
JUL/2023	800016	15/08/2023	25.587.307,14	2,58%
AGO/2023	800017	18/09/2023	54.480.730,87	5,50%
AGO/2023	800018	18/09/2023	26.152.726,59	2,64%
SET/2023	800019	18/10/2023	57.192.409,12	5,77%
SET/2023	800020	18/10/2023	25.221.294,41	2,55%
OUT/2023	800021	16/11/2023	49.571.676,72	5,00%
OUT/2023	800022	16/11/2023	26.126.150,78	2,64%

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2023

NOV/2023	800023	19/12/2023	48.790.473,06	4,93%
NOV/2023	800024	19/12/2023	25.514.783,76	2,58%
Total Arrecadado em 2023			845.498.281,50	85,36%
DEZ/2023	800001	17/01/2024	49.871.878,68	5,04%
DEZ/2023	800002	17/01/2024	26.923.907,05	2,72%
Total Arrecadado em 2023 enviado em 2024			76.795.785,73	7,75%
Total Arrecadado em 2023			922.294.067,23	93,12%
Total Geral			990.476.671,10	100,00%

Fonte: SIAFI, 2022, 2023 e 2024.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2023

Nota 04.7 – Sistema de Custos

Introdução

O Sistema de Custos do Governo Federal foi instituído pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº157, de 09 de março de 2011, que define como agentes desse sistema os órgãos centrais e setoriais. Há que se ressaltar que as competências para os órgãos citados estão contempladas na Portaria STN nº 716, de 24 de outubro de 2011, sem esquecer que desde a Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, por meio dos artigos 85 e 99; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no seu artigo 79; a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 50, § 3º; Lei nº 10.180 de 6 de fevereiro de 2001, no seu art. 15º, essa temática vem sendo tratada.

A busca pelo equilíbrio nas contas públicas tem sido o caminho seguido pelo País rumo ao crescimento da economia. Essa sustentabilidade alcançada leva à adoção de uma política voltada às melhores práticas e a uma gestão eficiente dos recursos públicos. Dessa forma o momento econômico existente no cenário mundial requer avanços qualitativos na administração dos recursos públicos.

Nesse contexto a grande importância de um sistema de custos é dotar os gestores de conceitos gerenciais com o intuito de identificar e mensurar os objetos de custos nas mais diferentes unidades da Administração Pública Federal, com enfoque na avaliação das metas e objetivos previstos em que pese a comparabilidade de serviços prestados por instituições com características semelhantes, bem como constituir base sólida e confiável no processo de elaboração da proposta orçamentária.

No âmbito da AGU não é diferente essa busca pela melhoria iniciou-se pela portaria nº 76 de 16 de fevereiro de 2012, o qual atribuiu a competência de setorial de custos a Secretaria Geral de Administração através da Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Metodologia

O sistema de custos da AGU foi estruturado para extrair os dados da dimensão monetária do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), através do sistema do Tesouro Gerencial, de forma diária e possibilitando a atribuição dos custos aos objetos.

O objeto de custo adotado pela AGU são as unidades administrativas instaladas no território nacional, de forma que cada custo aferido seja atribuído de forma direta ou indireta a uma unidade. Sendo que as unidades podem ser finalísticas e de suporte. Conforme a estrutura determinada pelo Decreto nº 11.328, de 1º de janeiro de 2023, o qual estabelece estrutura regimental da AGU, sendo:

Unidades Finalísticas:

- Gabinete do AGU;
- Secretaria Geral de Contencioso;
- Consultoria Geral da União;
- Procuradoria Geral da União;
- Procuradoria Geral Federal;

Unidades de Suporte:

- Secretaria Geral de Consultoria;
- Corregedoria Geral da Advocacia da União;
- Escola da Advocacia Geral da União.

Alertamos que com a publicação da Lei nº 11.328 de 1ª de janeiro de 2023, o qual aprovou nova estrutura da AGU, a Secretaria Geral de Consultoria deixou de ser unidade finalística e passou a ser unidade de suporte, enquanto a Diretoria de gestão estratégica e a Secretaria Geral de Administração

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2023

deixaram de ser unidades superiores e foram incorporadas a estrutura da Secretaria Geral de Consultoria.

Na atribuição dos custos identificamos que os custos diretos são facilmente atribuídos a cada unidade, contudo os indiretos, tais como, aluguéis, condomínios, consumo de energia elétrica, vigilância, limpeza e outros, não são facilmente alocáveis, pois temos na mesma instalação mais de uma unidade, o que instigou a necessidade da utilização de um critério de rateio desses custos. Para isso utilizamos os o quantitativo de pessoas ou área utilizada em cada unidade, dados retirados do nosso Programa “Instalações Eficientes e Sustentáveis-IES”, o qual atualiza anualmente a situação de todas as unidades da AGU.

E ainda utilizamos para categorizar os gastos os Planos Internos-PI, que servem para diferenciar os tipos dos gastos, conforme relação abaixo:

PI	Descrição	Tipo	Como é Aplicado	Critério de Rateio
AGU0001	SISTEMAS DE INFORMATICA	Direto	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	NA
AGU0002	SERVICOS DE JARDINAGEM	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0003	CAPACITACAO RECURSOS HUMANOS - JURIDICA	Direto	Direto na Unidade da EAGU Demandante	
AGU0004	SERVICOS DE DEDETIZACAO, DESRATIZACAO E DESCUPINIZACAO	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0005	DESPESAS PROCESSUAIS	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0006	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0007	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0008	AUXILIO-TRANSPORTE	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0009	AUXILIO-ALIMENTACAO	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0010	REMUNERACAO DE PESSOAL ATIVO	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0011	ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0012	BENEFICIOS ASSITENCIAIS	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0013	EXPANSAO DO PARQUE COMPUTACIONAL	Patrimônio	NÃO SE APLICA	
AGU0014	MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	Direto	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
AGU0015	AQUISICAO DE APLICATIVOS E SOFTWARES	Patrimônio	NÃO SE APLICA	
AGU0016	SUPRIMENTO DE INFORMATICA	Direto	NÃO SE APLICA	
AGU0017	EXPEDICAO DE CORRESPONDENCIAS	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0018	AMPLIACAO E	Patrimônio	NÃO SE APLICA	

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2023

	CONSERVACAO DO ACERVO BIBLIOGRAFICO			
AGU0019	ASSINATURAS DE PERIODICOS E ANUIDADES	Direto	Direto na Unidade da EAGU Demandante	
AGU0020	AMPLIACAO DA FROTA DE VEICULOS	Patrimônio	NÃO SE APLICA	
AGU0021	AQUISICAO DE MOBILIARIO	Patrimônio	NÃO SE APLICA	
AGU0022	LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	Direto	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
AGU0023	MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0024	LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE REPROGRAFIA	Direto	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
AGU0025	MANUTENCAO DE MOBILIARIO	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0026	AQUISICAO DE MATERIAL PERMANENTE	Patrimônio	NÃO SE APLICA	
AGU0027	LOCACAO DE IMOVEIS	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0028	REFORMA DE PREDIOS E INSTALACOES	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0029	DESPESA COM CONDOMINIOS	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0030	MATERIAL DE CONSUMO E EXPEDIENTE	Direto		
AGU0031	MANUTENCAO DE AR CONDICIONADO	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0032	SERVICOS DE VIGILANCIA	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0033	SERVICOS DE AGUA E COLETA DE ESGOTO	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0034	PUBLICIDADE LEGAL E INSTITUCIONAL	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0035	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0036	SUPRIMENTO DE FUNDOS	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0037	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0038	DIARIAS	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0039	OUTRAS DESPESAS DE TERCEIROS	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0040	SERVICOS DE LIMPEZA	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2023

			unidades	ocupante
AGU0041	SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0042	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE VEICULOS	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0043	SERVICOS DE COMUNICACAO DE DADOS	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0044	SERVICOS DE GARCOM	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0045	MANUTENCAO DE ELEVADORES	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0046	PROGRAMA DE ESTÁGIO PROFISSIONAL	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0047	SERVICOS DE PORTARIA	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0048	SERVICOS DE RECEPCAO	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0049	DEFESA DA UNIAO NO EXTERIOR	Direto	PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO	
AGU0050	SERVICOS DE OPERADOR DE REPROGRAFIA	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU005C	DESPESAS PROCESSUAIS – CUSTAS	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU005H	DESPESAS PROCESSUAIS – HONORARIOS	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU005M	DESPESAS PROCESSUAIS – MULTAS	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0051	CAPACITACAO RECURSOS HUMANOS - ADMINISTRATIVO	Direto	Direto na Unidade da EAGU Demandante	
AGU0052	SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0053	APOIO AS ACOES DE INFORMATICA	Direto	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
AGU0054	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Direto	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
AGU0055	IMPOSTOS E TAXAS EM GERAL	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2023

AGU0056	REDE LOGICA E ESTRUTURADA	Direto	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
AGU0057	SERVICOS DE AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0058	EVENTOS DE TREINAMENTO	Direto	Direto na Unidade da EAGU Demandante	
AGU0059	MANUTENCAO E CONSERVACAO PREDIAL	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0060	SERVICOS DE BRIGADAS DE INCENDIO	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0061	LOCACAO DE VEICULOS E/OU COOPERATIVAS DE TAXIS	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0062	SERVICOS DE COPEIRAGEM	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0063	SERVICOS DE TRANSPORTADORA	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0064	SEGUROS DE VEICULOS OFICIAIS	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0065	SEGUROS DE IMOVEIS	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0066	CONFECCAO E INSTALACAO DE PERSIANAS	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0067	INDENIZACAO DE AUXILIO-MORADIA	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0068	AJUDA DE CUSTO	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0069	BOLSA AUXÍLIO	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0070	CENTRAL TELEFONICA	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0071	SERVICOS DE CHAVEIRO	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0072	INSTALACAO DE DIVISORIAS	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0073	SERVICOS DE TELEFONISTA	Indireto	Rateio entre as unidades	Nº de servidores por UGB ocupante
AGU0074	GRAT. ENCARGO DE CURSO E CONCURSO	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0075	AQUISICAO DE PAPEL	Direto	NÃO SE APLICA	
AGU0076	RATEIO DE DESPESAS	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante
AGU0077	DESPESAS SEM COBERTURA CONTRATUAL	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2023

AGU0078	DESPESAS COM REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0079	SERVIÇOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA	Direto	Direto na Unidade Demandante	
AGU0081	SUORTE À INFRAESTRUTURA DE USUÁRIOS DE TI	Direto	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
AGU0080	HOSPEDAGEM E ACESSO AOS SISTEMAS EXTERNOS	Direto	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
AGU0082	CONSULTORIA, TREINAMENTO E APOIO EM TI	Direto	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
AGU9001	CONSUMO DE MATERIAL ESTOCADO	Direto	Apenas Painel	
AGU9002	DEPRECIÇÃO DE BENS MÓVEIS	Indireto	Apenas Painel	
AGU9008	Provisão de 13 Salário	Indireto	Apenas Painel	
AGU9009	Provisão de Férias + 1/3	Indireto	Apenas Painel	
AGU0084	DESPESAS COM JUROS, MULTA E ENCARGOS	Indireto	Rateio entre as unidades	M² por UGB ocupante

Situação Atual dos Custos

Tabela – 1 – Por atividade fim

Tipo	2022	2023
Finalísticos		
- Gabinete da AGU	19.285.422,70	23.074.504,87
- Consultoria Geral da União	207.952.749,53	217.756.516,89
- PGU	885.788.912,71	793.432.459,82
- PGF	2.123.565.302,51	1.793.161.215,45
- SGCT	35.384.543,86	21.129.487,55
Total Finalísticos	3.271.976.931,31	2.848.554.184,58
Suporte		
- Corregedoria Geral da AGU	52.571.239,31	14.924.379,35
- Escola da AGU	51.101.472,93	32.908.562,31
- SGCS	557.043.533,20	1.169.194.401,88
Total de Suporte	660.716.245,44	1.217.027.343,54
TOTAL DOS CUSTOS	3.932.693.176,75	4.065.581.528,12

Fonte: Painel de Custos – 12/01/2024

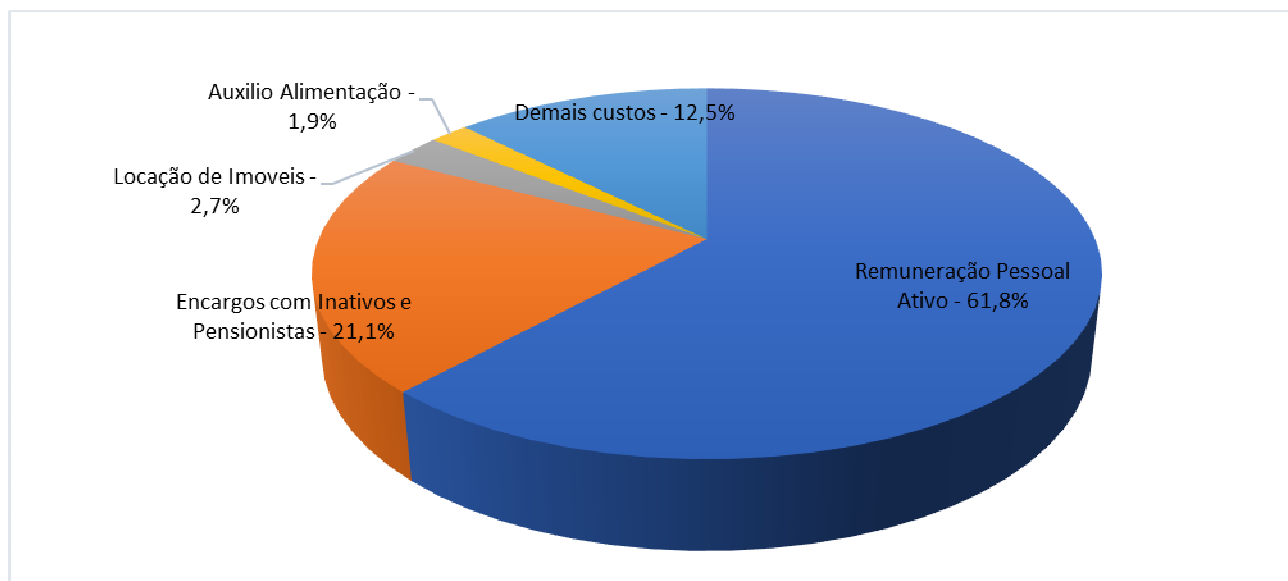
Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2023

Tabela 2 – Custos por Categoria Econômica

Categoria	2022	2023
Pessoal	3.453.176.247,55	3.559.938.678,07
Custeio Folha		133.306.601,35
Custeio	460.014.749,49	354.114.787,44
Depreciação	19.502.179,71	18.221.461,26
TOTAL	3.932.693.176,75	4.065.581.528,12

Fonte: Painel de Custos – 12/01/2024

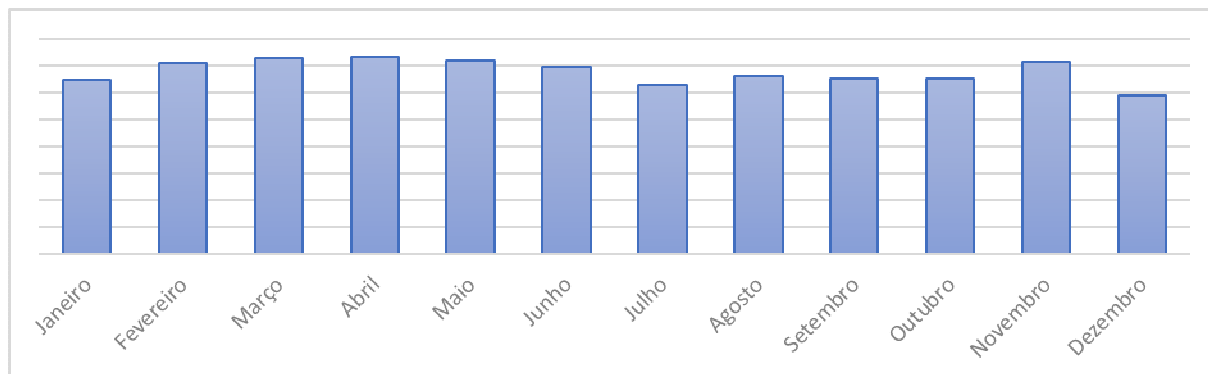
Gráfico 1 – Principais despesas



Destacamos nos custos de 2023 como principais itens, Remuneração de Pessoal Ativo (61,8%), Encargos com Inativos e Pensionistas (21,1%), Locação de Imóveis (2,71%), Auxílio Alimentação (1,9%) e demais custos (12,48%).

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2023

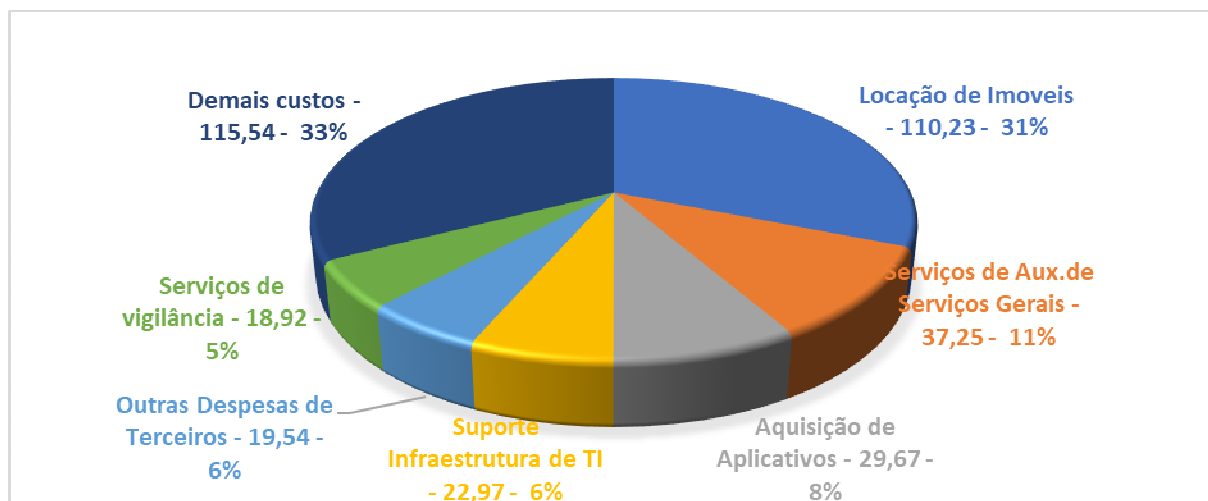
Gráfico 2 – Distribuição Mensal dos custos



Mês	Custo (R\$)
Janeiro	322.835.948
Fevereiro	355.084.143
Março	365.236.412
Abril	366.899.316
Maio	359.250.901
Junho	348.478.732
Julho	313.065.410
Agosto	330.147.583
Setembro	326.265.117
Outubro	325.072.567
Novembro	357.692.061
Dezembro	295.554.538
TOTAL	4.065.582.728

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2023

Gráfico 3 – Despesas Discrecionárias



Otimização dos Processos

Conhecendo a estrutura das instalações ocupadas pelas unidades da AGU, bem como o custo de manutenção destes através das informações do SIC, torna-se possível otimizar o processo de tomada de decisões, tais como renovar a locação do imóvel ou investir na construção de sede própria? Reunir unidades semelhantes em um mesmo imóvel ou deixá-las em prédios separados? Instalar uma unidade em determinada localidade ou não? Reformar um imóvel ou locar outro mais novo? Manter contrato com uma ou mais empresas de prestação de serviços no mesmo prédio? Manter contrato com uma ou mais empresas de prestação de serviços nos prédios da mesma cidade ou região? Em quanto tempo meu investimento geraria retorno/se pagaria diante de determinado custo? Diante de estruturas de custos comparáveis, qual unidade é mais eficiente? Diante de estruturas de custos comparáveis, onde e como demonstrar aos gestores locais a necessidade de intervenção para melhoria na alocação dos recursos? Quais e quanto seriam os custos correntes futuros derivados de um investimento presente? As respostas destas questões podem demonstrar o custo de oportunidade e o *payback*.

A Prestação de Contas do Presidente da República (PCPR), foi dinamizada com os relatórios exigidos e já estão pré-formatados para o órgão, bastando sua geração e inclusão na Prestação.

Outro processo dinamizado pelo uso do SIC é a apuração do custo de pessoal de acordo com o custo de cada servidor e sua respectiva lotação conforme a estrutura da AGU.

Portanto o processo de apuração de custos implantado na AGU vem demonstrando a cada ano sua eficiência, e vem constantemente evoluindo em seu método e ferramentas.

Ressaltamos que devido a publicação do Decreto nº 11.328 de 1º de janeiro de 2023, ocorreram alterações na estrutura dos órgãos de direção superior, a Secretaria Geral de Administração-SGA, deixou de ser órgão de direção superior e passou a fazer parte da estrutura da Secretaria Geral de Consultoria – SGCS, a Diretoria de Gestão Estratégica – DGE passou a ser a Secretaria de Governança e Gestão Estratégica – SGE e deixou de fazer parte do assessoramento do Advogado Geral da União e foi para estrutura da SGCS. E ainda a SGCS deixou de ser unidade finalística e passou a ser unidade de Suporte.

Notas Explicativas – 4º Trimestre de 2023

Temos desafios a serem vencidos, tais como o aperfeiçoamento da apuração do custo com pessoal (automação total com o SIAPE), buscar forma de apurar custo com o rateio de despesas com imóveis compartilhados, e ainda, o desenvolvimento de um sistema informatizado via web para automação total da apuração de custos da AGU.